

O PODER JUDICIÁRIO NORTE-AMERICANO*

RICARDO PERLINGEIRO MENDES DA SILVA

*Juiz Federal/RJ, Professor Assistente na UFRJ,
Mestre e Doutorando em Direito.*

O PODER JUDICIÁRIO NORTE-AMERICANO

É marcante a consciência dos juízes norte-americanos de que, caso todas as nações propostas fossem a julgamento, o sistema estaria falido. Dessa maneira, apenas 10% das demandas são apreciadas por um juiz. O restante fica por conta dos precedentes judiciais e ainda do ADR - conhecida forma alternativa de solução de litígios que consiste num procedimento prévio de conciliação a cargo de servidores do tribunal, bacharéis em direito e especialistas.

O precedente judicial é encarado com naturalidade pelos juízes. Alegam que, se estão vinculados à lei, ato normativo oriundo do Legislativo, por que não se vincular a um ato normativo oriundo do próprio Judiciário? Constituem, assim, os precedentes grande parte do conjunto de normas jurídicas aplicadas nas cortes. São

* Relatório do Estágio para Juízes Federais, junto ao *Federal Judicial Center*/ Washington-DC, em outubro de 1995, promovido pela AJUFF e CEJ/CJF, para o qual colaboraram os Juízes Dra. Eliana Calmon (TRF-1ª), Dr. Leão (SJ/DF) e Dr. Cândido Leal (SJ/RS).

eles respeitados tanto pelo Judiciário quanto pelo Executivo, proporcionando certa estabilidade nas relações sociais.

Quanto ao ADR, permito-me tecer algumas considerações. O juiz, ao receber uma petição inicial, em audiência explica às partes as vantagens do programa (não haver perdedor, sem custas, redução do tempo gasto e outras) e decide, com as partes e advogados, se o ADR é aplicável, ou qual programa mais indicado e quando a sessão inicial será marcada.

A mediação é formada por um terceiro neutro (mediador) que auxilia as partes, em audiências, explorando as possíveis soluções. Dependendo da complexidade do caso, serão necessárias mais sessões, o que demandará um tempo maior. O mediador não emite juízo de valor, mas incentiva as partes a avaliarem seus interesses levando em consideração as possíveis soluções. Em algumas jurisdições, o mediador precisa ser bacharel em direito e ter efetuado um programa de treinamento. Atualmente, existe o programa de mediação em causas de família, em causas cíveis (como mediação civil), em processos relativos a direito tributário (o mediador tem de possuir experiência no campo tributário).

O processo de mediação é confidencial e inicia-se com audiência do mediador e as partes para delimitar melhor os pontos controvertidos, o mediador explica o processo e concede a cada parte a oportunidade de expor sua opinião sobre o litígio, como se fosse uma discussão inicial entre as partes e o mediador sobre o caso. No final dessa audiência, o mediador se reúne individualmente com cada parte, aconselhando-lhes a analisarem suas posições, propondo sugestões, incentivando-os a apresentarem propostas. Posteriormente, podem ser necessárias novas audiências, dependendo da complexidade do caso, e o procedimento de mediação terminará com um acordo ou quando expirar o prazo fixado pelo juiz. Depois da primeira audiência, as partes apresentarão ao mediador, em sete dias, petição com no máximo dez páginas, delimitando os fatos e fundamentos da causa. Se houver acordo, as partes assinarão um termo escrito, com estipulação de uma pena para o não cumprimento. Se não for possível o acordo, o mediador fará a comunicação imediata à Justiça, para que o caso continue no processo litigioso. É

importante salientar que nos EUA não há distinção, ao se fazer um acordo, se umas das partes for entidade pública.

A seleção dos juízes norte-americanos consiste num processo político no qual inexistente concurso público. O juiz é indicado pelo Presidente da República (ou Governador, se juiz estadual), dentre cidadãos não necessariamente bacharéis em direito; o Departamento de Justiça verifica a qualificação e investiga a vida pregressa do candidato e, posteriormente, o nome é levado ao Congresso para aprovação. Tal critério de investidura é tradição secular no Direito norte-americano. Apenas em alguns Estados é que a investidura decorre de eleição popular. Acreditam eles que, embora a investidura seja política, a jurisdição não o é, já que ao juiz é garantida a independência calcada nas seguintes regras:

1. separação dos poderes;
2. igualdade entre poderes;
3. separação do Poder Judiciário do Ministério da Justiça;
4. vitaliciedade dos juízes;
5. remuneração adequada;
6. irredutibilidade de vencimentos;
7. pessoal de apoio adequado;
8. inamovibilidade;
9. poder de revisão, através dos recursos (ou seja, os recursos contra as sentenças devem ser analisados pelo próprio Judiciário);
10. correção dos erros pelo próprio Poder Judiciário, sem interferência dos demais;
11. submissão ao Código de Ética (formulado pelo próprio Poder Judiciário);
12. administração dos órgãos judiciais pelo próprio Judiciário;
13. controle das atividades pelos tribunais (através da conferência judicial);
14. controle dos processos nos tribunais pelos próprios juízes;
15. controle das atividades diárias pelos juízes;

16. controle sobre a educação judicial;
17. controle do espaço e instalações do judiciário pelos juízes;
18. formação dos profissionais que desempenharão as funções de gerência dos tribunais.

Nos EUA, um governante é conhecido pelos juízes que indica, de modo a tornar criteriosa a escolha. É bem expressiva a participação da imprensa na avaliação dos juízes, o que leva à idéia de participação popular, como forma de controle. Além disso, sustentam que a investidura política pode aferir a maturidade e o caráter do candidato, o que não se obtém de forma satisfatória com a realização de concurso público. Lembre-se ainda que a opinião pública deposita grande percentual de credibilidade no Judiciário.

Um juiz federal norte-americano percebe em média a importância de 132 mil dólares por ano (primeiro grau), 140 mil (segundo grau) e 160 mil (Suprema Corte). Os federais possuem uma verba aproximada de quarenta mil dólares anuais para destinar ao seu gabinete, distribuindo-a entre os seus subordinados, da forma que melhor lhes convier. Não há utilização de carros oficiais ou outra vantagem qualquer. Não ouvimos críticas dos magistrados sobre a remuneração.

Não há aposentadoria compulsória. Partem da premissa de que quanto mais experiente o juiz melhor a jurisdição. Em alguns casos, se do desejo do juiz, poderá haver redução da carga de trabalho, e no caso da aposentadoria dos juízes vitalícios é mantida em favor deles um escritório com secretária para eventuais trabalhos acadêmicos.

A assessoria dos juízes é bem difundida. É comum recém-formados ingressarem nos tribunais como assessores de juízes. Aliás, todo bom currículo contém uma passagem por um tribunal, já que posteriormente são os assessores disputados pelos melhores escritórios de advocacia. É uma espécie de estágio, por prazo determinado, sendo os assessores recrutados nas melhores universidades. Dessa maneira, tem-se mão-de-obra capacitada, estimulada e sem vínculo. A eles cabe relatar processos e ainda as

decisões de menor importância, devendo o juiz adotar critérios de modo a evitar a delegação da jurisdição.

Os juízes norte-americanos, estaduais e federais, estão sujeitos a um código de ética, que contém sete princípios básicos:

1. *O juiz deve abraçar a integridade e independência do judiciário* - a independência judicial está vinculada à sua credibilidade pública, de modo que o juiz deve manter a independência não só internamente, mas demonstrar para o público que age como tal. O juiz deve manter-se como um símbolo e daí o controle da sua vida privada;
2. *o juiz deve evitar improbidade e a aparência de improbidade em todas as atividades* - atividades e contatos políticos; exploração da função judicial (tráfico de influência); comportamento pessoal e correlatos; desqualificação. É inapropriado que um juiz seja membro de uma associação que faça discriminação de negros, mulher, sexo, religião, raça;
3. *o juiz deve exercer suas funções imparcial e diligentemente* - veda-se o nepotismo e favoritismo; as obrigações judiciais têm prioridade. O juiz não deve aconselhar-se com amigos ou técnicos, permitindo-se a consulta apenas entre colegas;
4. *o juiz deve engajar-se em atividades extrajudiciais para aperfeiçoar o direito, o sistema legal e a administração da justiça* falar, palestrar, ensinar; órgãos de deliberação executiva ou legislativa; organizações para melhorar o direito; uso das fontes judiciais. A remuneração para tais atividades não pode superar determinado limite imposto por lei. Qualquer atividade que não importar em melhoria para a imagem do Judiciário deve ser evitada;
5. *o juiz deve regular atividades extrajudiciais de modo a minimizar o risco de conflito com suas atividades judiciais* - devem ser evitadas condutas que possam levá-lo aos tribunais. É proibido o exercício de qualquer outra atividade jurídica (advocacia, consultoria, etc.); atividades legais permitidas: artes, esportes; atividades cívicas, assistenciais e

educacionais; proibição do recebimento de fundos e presentes;

6. *o juiz deve regularmente arquivar os comprovantes de renda recebidos pela função judicial e atividades extrajudiciais* - limites da compensação (das vantagens); reembolso de despesas; relatórios anuais. É proibido o recebimento de honorários de atividades que tenha exercido antes da sua nomeação;
7. *o juiz deve manter-se afastado de atividades políticas* - sem exceções.

Há ainda causas de impedimentos e suspeição que podem ser levantadas por qualquer pessoa e que recebem a denominação de causa de desqualificação. A particularidade é que se mantém em sigilo o nome de quem apresenta a desqualificação. O juiz pode sofrer o *impeachment* (afastamento da atividade judicante), sem prejuízo da condenação penal, se for o caso.

O juiz não pode receber, a qualquer título, renda mensal que supere determinado limite. As dúvidas são esclarecidas mediante consulta por escrito junto a um órgão específico.